

POLÍTICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB, A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DOS NAPNEs

Laís Salustiano da Silva (lais.euriques@gmail.com – PPGEd/UFCG)
Niédja Maria Ferreira de Lima (niedjafl@yahoo.com.br – PPGEd/UFCG)

Introdução

Neste texto, apresentamos considerações iniciais sobre o nosso projeto de pesquisa de mestrado que tem como objeto de estudo a política de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Esse interesse veio a partir da minha pesquisa no XXIII Curso de Especialização em Educação Básica (UAED/CH/UFCG), realizada em três *campi* do instituto em questão (João Pessoa, Campina Grande e Patos), cujo objetivo foi analisar a atuação do psicólogo escolar/educacional no contexto da educação de surdos.

Durante a fase de coleta de dados, tive contato com os sujeitos que, direta ou indiretamente, faziam parte da política de inclusão. Despertou o meu interesse em investigar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no IFPB, atendidos pelos NAPNEs (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas). Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a implementação da política de inclusão das pessoas com deficiência no IFPB, através do NAPNE, órgão responsável pela implementação e materialização da política de inclusão no instituto

A resolução N° 139, de 02 de outubro de 2015, do Conselho Superior do IFPB, trata, em seu segundo capítulo, sobre a natureza e a finalidade do NAPNE, afirmando no art.3° que “o núcleo tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras educacionais, atitudinais e arquitetônicas na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação” (IFPB, 2015, p.2).

O documento da *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) afirma que, historicamente, a educação se constituiu em nosso país como privilégio de alguns grupos. As políticas e práticas educacionais legitimavam a exclusão das camadas sociais desfavorecidas e reproduziam a ordem social vigente. Com a democratização e universalização da escola e do acesso aos sistemas de ensino, o dualismo inclusão/exclusão torna-se mais evidente, pois a escola continua excluindo os grupos minoritários considerados fora de seus padrões homogeneizantes.

Com a redemocratização de seu sistema sociopolítico por volta da década de 1980, diversas políticas públicas de natureza nacional e internacional foram criadas ou adotadas pelo Brasil, visando incluir social, política e culturalmente os cidadãos brasileiros com algum tipo de deficiência (visual, física, auditiva etc.), além de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Segundo Dutra et al (2008), em aproximadamente três décadas, foram concebidas, em nível mundial e nacional, diversas políticas, voltadas, senão totalmente, mas em alguma parte de seu texto, para a inclusão especial. Destacamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Política Nacional de Educação Especial (1994); a Constituição Federal (1988); a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999); a Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entre outras mais atuais.

Com vistas a atender a política de inclusão vigente em nível nacional e internacional, na educação profissional, a Secretaria de Educação Profissional – SETEC e a Secretaria de Educação Especial – SEESP (atualmente denominada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI), propuseram, em 2001, uma ação de integração entre si, que desencadeou na criação de um documento que estabelecia princípios gerais, pressupostos e as estratégias para uma Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva – EPTI. A partir disso, é criado um documento-base que vai subsidiar o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica (SILVA, 2014).

Considerando o exposto, buscaremos em nossa pesquisa responder as seguintes questões: Como se dá a política de inclusão no IFPB após a implementação do NAPNE? Qual o papel do NAPNE no processo de inclusão dos alunos com deficiência, nos campus do IFPB de João Pessoa, Campina Grande? Quais as ações e estratégias vêm sendo desenvolvidas pelo NAPNE, com vistas à inclusão dos alunos com deficiência no IFPB? Como os alunos atendidos pelo NAPNE avaliam o trabalho desenvolvido por este órgão? Quais as implicações da política de inclusão do IFPB nos alunos participantes do processo de inclusão? Em que medida as ações propostas e desenvolvidas pelos NAPNE estão contribuindo para inclusão (acesso e permanência) das pessoas com deficiência do IFPB?

Metodologia

A fim de compreender o nosso objeto de estudo, enfatizaremos as categorias de historicidade, totalidade e contradição, dando ênfase fundamental ao contexto, uma vez que, segundo Gamboa (2007, p.139), “os fenômenos dependem dos contextos da produção, que determinam sua existência, e dos contextos da interpretação, que determinam seu conhecimento”.

A pesquisa será realizada no Campus de João Pessoa e no Campus de Campina Grande, por serem os dois primeiros campus do IFPB a implantarem os NAPNEs. Para atender aos objetivos, serão realizadas análises documentais e entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo de implementação da política de inclusão (coordenadores dos NAPNEs, pedagogos, letores, intérpretes de Libras, etc.) e aqueles a quem a política é destinada (alunos com deficiência).

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008

DUTRA, Cláudio Pereira et al. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/MEC. Inclusão: **Revista da educação especial**. Edição especial, v.4, nº 1, Janeiro/junho 2008

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.193p.

IFPB. Resolução nº 139, de 02 de outubro de 2015. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-139>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

SILVA, Rivânia de Sousa. Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da ação TEC NEP. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.